



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,23% São Paulo	181.363 182.127 2/2 3/2 4/2 5/2	R\$ 5,253 (+ 0,08%)	R\$ 1.621	R\$ 6,196	14,90%	14,86%	Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33

BANCOS

# BRB: plano de R\$ 5 bi para rombo do Master

A exigência feita pelo BC determina recomposição mínima após a compra de R\$ 12 bilhões em carteiras do banco de Vorcaro

» RAFAELA GONÇALVES

O Banco de Brasília (BRB) precisa enviar hoje ao Banco Central (BC) um plano de ações voltado ao reforço de sua estrutura patrimonial, após as operações realizadas com o Banco Master. A proposta deve prever uma recomposição mínima de R\$ 5 bilhões, a ser detalhada no documento e, se aprovada, executada em até seis meses.

A exigência tem como objetivo preservar a solidez financeira do banco e manter a confiança do mercado, estando diretamente ligada às operações realizadas entre 2024 e 2025, quando cerca de R\$ 12 bilhões foram direcionados à aquisição de carteiras de crédito consideradas de baixa qualidade e sem garantias financeiras adequadas, compradas da instituição então controlada por Daniel Vorcaro.

A intervenção do Banco Central ocorreu após a constatação de que os mesmos ativos haviam sido comprados pelo Banco Master de outra instituição por menos da metade do valor posteriormente pago pelo banco brasileiro. As apurações também indicaram que o Master sequer concluiu a quitação da compra original dessas carteiras, embora tenha recebido os recursos à vista na revenda ao BRB. Essas inconsistências são apontadas como responsáveis pelo enfraquecimento do balanço patrimonial do banco público.

Técnicos ouvidos pelo **Correio** afirmam que não há risco de falência ou de liquidação do BRB. Segundo eles, esse cenário é afastado, principalmente, porque o banco tem como acionista controlador o governo do Distrito Federal, que dispõe de capacidade patrimonial para sustentar a instituição, se necessário.

O GDF detém 71,92% do capital do BRB, e autoridades locais destacam que o DF possui um patrimônio imobiliário estimado em mais de R\$ 200 bilhões, o que garantiria margem para eventual aporte e a continuidade das operações do banco.

Renato Alves/Agência Brasília



O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, que tenta vender ativos, terá que apresentar hoje um plano para garantir o patrimônio do banco

R\$ 16,7 BILHÕES

Foi quanto o BRB transferiu ao Banco Master entre 2024 e 2025

Mesmo com essa salvaguarda, o reforço de capital é considerado indispensável para que o BRB mantenha os níveis de solidez e segurança exigidos pelo sistema financeiro nacional, funcionando tanto como uma medida preventiva

quanto como forma de assegurar o cumprimento permanente das regras legais de solvência que regem o setor bancário.

## Venda de ativos

Nesta semana, o presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, esteve em São Paulo para negociar a venda de ativos adquiridos do Banco Master. O executivo foi à Faria Lima para reuniões presenciais com investidores interessados. As negociações envolvem carteiras e fundos avaliados em aproximadamente R\$ 21,9 bilhões.

Paralelamente às tratativas de venda, o BRB atua em outras

frentes para reforçar o caixa e recompor sua estrutura financeira. Entre as alternativas em análise está a criação de um fundo lastreado em imóveis do governo do Distrito Federal, que poderia ser transferido ao banco ou utilizado como garantia para a obtenção de um empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

## Liquidação

O Banco Master foi liquidado pelo Banco Central em novembro, após a constatação de uma grave crise de liquidez, caracterizada pela incapacidade de honrar compromissos com clientes e investidores. Ao longo de 2025, o BRB chegou a

negociar a aquisição de uma participação relevante na instituição, em uma operação que contou com apoio público do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, mas que acabou barrada pela autoridade monetária.

Entre 2024 e 2025, o BRB transferiu R\$ 16,7 bilhões ao Banco Master. Essas operações passaram a ser alvo de investigação do Ministério Público, que apura indícios de gestão fraudulenta. Segundo as apurações, aproximadamente R\$ 12 bilhões teriam sido direcionados à aquisição de carteiras de crédito consideradas problemáticas, que não pertenciam formalmente ao Master e não contavam com garantias financeiras adequadas.

## CEO do Itaú vê custo alto

O escândalo envolvendo o Banco Master tende a gerar custos que vão muito além das instituições diretamente afetadas. Segundo o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, o caso pode impactar toda a sociedade ao elevar o custo de instrumentos financeiros no mercado, com reflexos sobre o crédito e o funcionamento do sistema financeiro como um todo.

“Um evento dessa magnitude, no final do dia, acaba gerando um impacto para a sociedade no custo, no custo de captação de novos empréstimos, no preço dos investimentos. Essa conta vai ser paga. Esse dinheiro ‘desaparece’, mas sai de outro lugar depois”, disse Maluhy ontem, durante coletiva para a apresentação dos resultados do banco referentes a 2025.

A quebra da instituição financeira controlada por Daniel Vorcaro tende a produzir efeitos em cadeia sobre o sistema financeiro. A crise que levou à liquidação extrajudicial do Banco Master e do Will Bank pode consumir cerca de 30% do caixa do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), estimado entre R\$ 41 bilhões e R\$ 47 bilhões, o que impõe custos adicionais aos bancos.

Ele recordou que, ao longo dos anos, a finalidade original do fundo foi sendo deturpada. O recurso passou a ser usado por algumas plataformas como instrumento de alavancagem e sustentar modelos de negócio que não se mostraram viáveis no longo prazo. “Nós temos que ter curadoria, transparência, responsabilidade todos os dias antes de disponibilizar um produto na nossa prateleira”, destacou.

O rombo associado ao colapso do banco supera R\$ 50 bilhões. A necessidade de aportes extraordinários para recompor o fundo deve elevar os custos financeiros das instituições que permanecem saudáveis. (RG)

## Quebra de sigilo fica fora da CPMI do INSS

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), retirou de pauta, ontem, o requerimento que quebrava os sigilos bancário e fiscal do Banco Master, investigado por supostas fraudes no mercado financeiro.

No contexto das apurações contra o Banco Master, a CPMI do INSS vem transferindo o foco dos trabalhos para a instituição do banqueiro Daniel Vorcaro, que está em prisão domiciliar e tem depoimento marcado na CPMI para o dia 26 de fevereiro.

Como o requerimento apresentado quebrava todo o sigilo do banco, o presidente da CPMI, Carlos Viana, argumentou que o pedido foge do objeto da Comissão, que deve focar apenas nos empréstimos consignados de aposentados e pensionistas realizados pelo Master. “Não há sentido em nós

pedimos a quebra de 100% das operações, uma vez que esses dados não poderão ser utilizados futuramente dentro do relatório”, avaliou Viana a jornalistas, acrescentando que pediu que o requerimento fosse refeito para ser analisado em outro momento.

Durante a sessão, o presidente da CPMI alegou ainda que o Judiciário não permite que a Comissão fuja do tema original que justificou sua criação. “É a leitura que se faz da Advocacia do Senado e a leitura que se tem hoje por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).”

Os parlamentares têm defendido a investigação de 251 mil contratos de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas firmados com o Banco Master. Há indícios de irregularidades nesses contratos, segundo o próprio INSS.

Um dos autores do requerimento, o deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS), afirmou que o texto que

Kayo Magalhães



Segundo Carlos Viana, o caso Master está fora do escopo da CPMI

pede a quebra de sigilo poderia ser ajustado antes da votação e defendeu que há uma tentativa de “blindar” a investigação contra o banco.

Por outro lado, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) defendeu que o requerimento contra o Banco Master foi apresentado não para ser aprovado, uma vez que não tinha relação com os

empréstimos consignados, tema da CPMI, mas sim para criar uma cortina de fumaça.

“Nós temos agora que avançar para chegar nos mandantes [do roubo dos aposentados do INSS]. E é exatamente isso que a oposição tenta impedir, criando cortina de fumaça, criando narrativas falaciosas”, comentou a jornalistas. (Agência Brasil)

## Fictor é alvo de inquérito da PF

» RAPHAEL PATI

A Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para investigar a tentativa de compra do Banco Master pelo Grupo Fictor em novembro de 2025. O negócio foi suspenso após o Banco Central decretar a liquidação extrajudicial da instituição financeira controlada por Daniel Vorcaro no dia seguinte ao anúncio da aquisição. Neste domingo (1º/2), a Fictor entrou com um pedido de recuperação judicial, que foi aceito pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

O grupo financeiro, que também atua em outros setores, como alimentício, energia e infraestrutura, é suspeito de praticar gestão fraudulenta, além de emitir títulos falsos e operar instituição financeira sem autorização. A compra do Master, segundo o próprio Daniel Vorcaro, em depoimento à PF, envolveria a participação de

investidores árabes, que ajudariam no aporte inicial de R\$ 3 bilhões para salvar o banco.

No pedido de recuperação judicial, o grupo defende que desde que iniciou operações, ainda em 2007, não havia registrado atrasos de nenhuma natureza nos compromissos financeiros da empresa. “Com a decretação da liquidação da instituição pelo Banco Central, um dia após o anúncio da aquisição, a reputação do grupo foi atingida por especulações de mercado, que geraram um grande volume de notícias negativas, atingindo duramente a liquidez da Fictor Invest e da Fictor Holding”, destaca.

A empresa ainda ressaltou que pretende cumprir todas as obrigações com os credores de uma vez só, que totalizam R\$ 4 bilhões. Diante disso, a recuperação judicial seria uma alternativa para que o grupo ganhasse fôlego em relação à situação financeira.